

PKS

**PUBLIC
KNOWLEDGE
PROJECT**

REVISTA DE GEOGRAFIA

(UFPE)

www.ufpe.br/revistageografia

OJS

**OPEN
JOURNAL
SYSTEMS**

**DINÂMICA TERRITORIAL DA AGRICULTURA
CAMPONESA
NA COMUNIDADE DO CRAVO NO NORDESTE PARAENSE**

Rafael Benevides de Sousa¹; Ana Lúcia Cardoso do Nascimento²

¹Mestrando do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense - UFF. E-mail: benevidessousa@gmail.com

²Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará – UFPA. Professora do Instituto Socioambiental e dos Recursos Hídricos - ISARH na Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA. E-mail: ana.cardoso@ufra.edu.br

Artigo recebido em 04/03/2012 e aceito em 2/01/2013

RESUMO

Este artigo apresenta algumas questões referentes à agricultura camponesa na comunidade do Cravo no município de Concórdia do Pará, no nordeste paraense. O objetivo do trabalho é compreender as relações produtivas e o uso da terra pela pequena produção, e suas implicações para com o modo de vida camponês. Ao longo do texto, procuramos fazer algumas considerações sobre a produção camponesa realizada na comunidade, discutindo como tem se dado o processo produtivo e a relação dos camponeses com o mercado. Num segundo momento traçamos alguns comentários sobre o sistema de roças, que constitui a base de sustentação do campesinato local. Por fim, apresentamos a interferência que a agricultura itinerante tem causado na comunidade, como o empobrecimento do solo e conseqüentemente a baixa produtividade, além de atermos algumas reflexões sobre a disponibilidade de terra para o trabalho familiar camponês.

Palavras-chave: Campesinato – Território Usado – Agricultura – Uso da terra.

**TERRITORIAL DYNAMICS OF PEASANT AGRICULTURE
CARNATION COMMUNITY IN NORTHEASTERN PARÁ**

ABSTRACT

This article presents some issues in the small farming community in the municipality of Cravo Concórdia Pará in northeast Pará. The objective is to understand the relationships and the productive use of land for small scale production, and its implications for the peasant way of life. Throughout the text, we make some considerations on peasant production held in the community, discussing how it has given the production process and the relationship with the farmers' market. In a second step we trace some comments about the system of fields, which constitutes the base for the local peasants. Finally, we present the interference that shifting cultivation has caused in the community, such as the impoverishment of the soil and consequently low productivity, and landfilling some reflections on the availability of land for the peasant family labor.

Keywords: Campesinato – Território Usado – Agricultura – Uso da terra.

INTRODUÇÃO

A história da Amazônia é marcada pela formação de pequenos grupos sociais (indígenas, ribeirinhos, caboclos), que sobreviveram e sobrevivem, por meio de uma intensa relação com o meio ambiente, sendo homem e ambiente, partes integrantes de uma mesma natureza.

Seja na água, ou na terra firme, a organização territorial na Amazônia, foi/é orientada na transformação da natureza para atender as necessidades dos grupos territorializados no espaço geográfico. A apropriação dos recursos naturais transforma a paisagem de acordo com a necessidade e/ou interesse dos grupos envolvidos.

Em transformação o espaço, os meios natural e social, o homem também é transformado por eles. Assim o processo criativo é externo e interno (no sentido subjetivo). As transformações interna e externa caracterizam a história social e a história individual em que se visualizam e manifestam as necessidades, a distribuição, a exploração e o acesso aos recursos naturais, culturais e sociais de um povo (REIGOTA, p. 15, 2010).

Quando ocorre a transformação do meio natural, o homem também é transformado por estar inserido neste meio. Sendo apropriação dos recursos naturais o reflexo do interesse dos grupos sociais envolvidos no processo produtivo (REIGOTA, 2010).

Neste sentido, busca-se neste trabalho traçar algumas questões que norteiam as relações produtivas e o uso da terra pelo trabalho familiar camponês, entendendo o camponês como um sujeito social ecológico, envolvido num sistema de produção que visa primordialmente a sobrevivência do grupo doméstico.

A dimensão espacial do território camponês compreende uma rede de relações integrada à tríade: terra, trabalho e família. As relações estabelecidas por meio desta tríade configuram o território camponês, que é amalgamado pelas relações de parentesco, vizinhança e religiosa, que conforma o sentimento de pertencimento ao lugar que se vive.

Desse modo, entende-se o território como um lugar de vida trançado pelas relações sociais, culturais e econômicas que são construídas historicamente no espaço. Sendo, assim, o território camponês perpassa pelas relações estabelecidas no cotidiano de vida e de trabalho em comunidade, caracterizando o território como um “território usado”, tal qual

descrito por Santos (2007, p. 14), para o autor,

O território tem que ser entendido como território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.

Complementando o pensamento de Santos, Silveira (2011, p. 44) nos chama atenção para,

O território tal como usado pela sociedade, isto é, o resultado da implantação de sistemas de engenharia, dos movimentos da população, da distribuição e natureza da agricultura, da indústria e dos serviços, do arcabouço normativo e da extensão da cidadania, não pode ser entendido sem levar em conta a identidade e o pertencimento, desiguais em função da diversidade de situações existenciais dos atores.

Partindo desse pressuposto, a base do território está na identidade do grupo

social envolvido no meio geográfico, e o comportamento deste grupo diante da natureza é o reflexo das relações estabelecidas ao longo do tempo. Neste sentido, o território é síntese da identidade e do grau de pertencimento de determinados grupos humanos no espaço geográfico, o que de certa forma se dará de maneira diferente, entre um lugar e alhures. Em particular na Amazônia, dada a sua diversidade biológica, são vários os povos tradicionais que se formaram de acordo com o meio em que estão inseridos, “fazendo parte de um campesinato polivalente – agricultores, agroextrativistas, seringueiros, pescadores, coletores e caçadores, garimpeiros, castanheiros quebradeiras de coco, entre outras” (CASTRO, 1999, p 38). Assim, são vários os tipos de ambientes encontrados na região, criando uma diferenciação sociocultural perante uma diversidade ambiental.

A Amazônia de hoje é formada do processo de adaptação, com sua diversidade de gêneros de vida intimamente associados à diversidade ambiental, correspondente a formas de vida de uma população igualmente diversificada. O meio bioclimático, a cobertura vegetal, os solos de várzeas e

terra firme, os rios. Lagos, igapós e igarapés revelam uma forte influencia sobre o ritmo da vida e sobre a natureza da atividade humana. Desta variedade ambiental nasceram as particularidades que diferenciam os grupos do sistema de adaptação sustentável e coerente com sua estrutura cultural (GUERRA & MENEZES, 1999, p. 149).

A diversidade do campesinato amazônico é o reflexo da diversidade biológica que permeia o modo de vida na região. No entanto, é preciso frisar que além do fator natural, o contexto histórico que a Amazônia sofreu ao longo do tempo, também é fator determinante para a diversificação camponesa na região, por meio da desestruturação do campesinato local e na formação de um novo campesinato, constituído a partir de migrações intra e inter-regional, que se deu tanto espontânea como impulsionada pelo Estado.

Tomando como referencia esta diversidade apresentada anteriormente, neste trabalho propõe-se discutir alguns elementos que constitui a agricultura camponesa na comunidade do Cravo, localizado no município de Concórdia do

Pará no nordeste paraense. A composição do território da comunidade do Cravo tem sua gênese na formação de uma campesinato ligado a produção de gêneros agrícolas, através do sistema de roças, que tem por objetivo a sobrevivência do próprio grupo familiar.

A metodologia para a construção desse trabalho partiu do trabalho de campo realizado entre setembro de 2010 a agosto de 2011. O procedimento de pesquisa deu-se por meio de entrevistas gravadas com lideranças, idosos, agricultores na ativa e aposentados, entre outros. Através da historia de vida dos camponeses, foi possível compreender algumas das sinuosidades do campesinato local. Em conversas informais, perceberam-se alguns problemas que a agricultura itinerante tem causado à comunidade, como o empobrecimento do solo, a baixa produtividade e a falta de terra para trabalhar.

Entre as visitas longas e outras mais curtas, obteve-se grande parte das informações contidas neste artigo. Para melhor abordá-las o corpo do texto divide-se em três sessões. No primeiro momento apresentamos as relações produtivas, bem como o destino da produção, como é feito a comercialização e as relações de trabalho familiar. Mais adiante, procuramos apresentar o sistema de roça e a

importância da produção da farinha de mandioca para a comunidade. Por último, tratamos dos problemas socioambientais na comunidade, discutindo como tem se dado a apropriação e o uso da terra nas práticas agrícolas e suas implicações na vida em comunidade.

A PRODUÇÃO CAMPONESA NA COMUNIDADE DO CRAVO

A construção do território que hoje constitui a comunidade do Cravo deu-se ainda no século XVIII, as margens do igarapé Cravo, estabelecendo num primeiro momento uma forte ligação com o rio Bujaru, sendo por meio desses que ocorreu a mobilização entre a comunidade e o externo da mesma. Até 1988 a comunidade do Cravo fazia parte da jurisdição do município de Bujaru. Neste mesmo ano a antiga “vila de Concórdia”, distrito de Bujaru, iniciou o processo de emancipação político-administrativo, levando Concórdia a categoria de município, e a comunidade do Cravo pertencente a esta jurisdição.

Atualmente a comunidade é composta aproximadamente por 131 famílias, deste número 92 famílias possuem atividade em roças, que se destaca como o principal meio de sustento de grande parte da comunidade. As outras 38 famílias sobrevivem através de outras atividades:

funcionário público (26), funcionário da Biovale (07), pedreiro (01), motorista de ônibus (01), cobrador de ônibus (01), moto-taxi (01) e empresa de construção civil (02). 10 famílias possuem a ajuda de parentes que moram fora da comunidade e 12 famílias se ocupam de pequenos comércios¹.

A origem da comunidade esta intimamente ligada ao igarapé de mesmo nome que passa na localidade, igarapé Cravo. Até a década de 1970, toda a produção da comunidade, junto com a população se deslocava por meio dos caminhos d’água. Após a abertura da PA 140 este direcionamento muda, estabelecendo uma nova dinâmica, que aproximou a comunidade as sedes municipais de Bujaru e Concórdia do Pará. Através das memórias das pessoas mais antigas, ouvimos muitos relatos de como acontecia o deslocamento na comunidade.

A gente chamava de canoa grande. Botava a vela, botava bixarrona, e quando chegava lá no mar (rio Guamá), a pessoa puxava, aí o vento que levava, a pessoa ia pilotando. Corria bastante, ia até Belém. Tinha tudo isso, pela lua cheia da maré grande, com força, com bem vento, a gente chegava lá

¹ Dados do grupo de pesquisa “Territorialização Camponesa na Amazônia” (2011).

da Foz do Bujaru até em Belém em duas marés. Quando ela enchia a gente parava, quando ela vazava a pessoa ia embora, aí a gente chegava lá. Era um dia e meio. Mas na época que eu era criança, que papai ia pra Belém era seis, sete dias, oito dias pra chega aqui. Quando já foi eu era três dias. Por exemplo, saía daqui segunda-feira, chegava lá na terça, fazia compra e voltava, quando dava quarta-feira a gente chegava aqui (Manoel Sales, janeiro de 2011).

Neste relato, apreende-se como se dava o deslocamento dos moradores da comunidade até a cidade de Belém, tendo uma dependência dos igarapés e dos rios da região. Na fala do entrevistado, percebemos o conhecimento que os camponeses possuíam do ciclo das marés, e a relação da comunidade com a cidade de Belém, onde os agricultores comercializam suas produções e compravam produtos que não produziam. Na comunidade em estudo identifica-se um território que vive a experiência de uma população camponesa tradicional. Esta população sobrevive na sua maioria do trabalho na roça, com a mão de obra estritamente familiar. Os produtos

da roça são diversos, marcado pelas lavouras temporárias como a mandioca, o feijão, o arroz e o milho. Esta produção parte é destinada para a dieta familiar e as criações (galinha, porco, pato, outros) e parte para a comercialização, sendo a farinha de mandioca o principal produto nas trocas comerciais.

O trabalho na propriedade camponesa sugere uma negação entre a relação de empregador e empregado, que parte de uma concepção de trabalho do sistema capitalista. Nesse sentido, os camponeses trabalham por conta própria, construindo a sua rotina de trabalho no momento mais adequado, sem a exploração do trabalho de outrem.

O trabalho está longe de ser uma realidade simplesmente econômica. Nas sociedades tradicionais, no seio da pequena produção agroextrativista, o trabalho é representado por um caráter único, ou seja, reúne nos elementos técnicos e de gestão o mágico, o ritual, enfim, o imaginário coletivo recriado no mundo simbólico (CASTRO, 1999, p. 35).

Na concepção de Castro (1999), o trabalho na vida camponesa extrapola o sentido econômico, tendo um significado

simbólico e representativo na coletividade familiar. Isso se expressa quando os camponeses mesmo aposentados continuam com o trabalho na roça, sendo um complemento a renda familiar.

A ausência da relação de trabalho assalariado na propriedade camponesa indica que é a própria família que realiza o trabalho na propriedade, sendo os donos da terra, dos meios de sobrevivência e do próprio trabalho, esquematizando a melhor hora das tarefas.

Eu acho bom trabalhar por conta da gente, porque a gente trabalha até a hora que a gente quiser, a gente não faz pros outros. Se tem por exemplo, um trabalho, um serviço desse lá (referindo-se ao trabalho assalariado), ele tá sujeito, por que no dia que ele não i, ele não ganha. No meu trabalho, só eu, até 9 hora do dia, ou até meio dia, a hora que eu quiser, pronto, pra mim tá bom. Eu vou, coloco 4 paneiro de mandioca que é aturar né, 4 aturar de mandioca, dá dois pacote de farinha, rapidinho, eu vou, coloco, no demoro to em casa, já ganhei o dia né (Sebastião Pires, março de 2011).

Esse depoimento expressa o cotidiano do trabalho camponês e a visão de Sebastião Pires sobre a realização do seu trabalho, que defende a ideia de que consegue viver muito melhor com o trabalho na sua propriedade do que realizando trabalho assalariado. Nesse sentido, nota-se que para o camponês “o trabalho só pode aparecer como trabalho concreto no fruto palpável de sua colheita, da atividade de sua família, pois uma parte deste fruto é condição direta de sua sobrevivência” (SIMONETTI, 1999, p. 125), na medida em que parte da sua produção é direcionada para a alimentação da família.

O camponês sendo o proprietário de todos os elementos de sua propriedade, a sua relação com o mercado se dá apenas na venda do fruto do seu trabalho, chegando ao mercado com a mercadoria pronta, sendo que na confecção dessa mercadoria não houve uma relação de assalariado, como na indústria, mas uma produção partindo de uma relação do trabalho familiar, na qual quem participa da confecção produtiva é o pai, a mãe e os filhos.

A gente vende, tira o dinheiro e compra outras coisas. Eu vendo por aí, tem gente aí que compra, marreteiro que compra, a gente

vende né. Assim, pra leva lá fora eu nunca fui, nenhuma vez (Sebastião Pires, março de 2011).

Nós vendi ali pro Djaniro, vendo pra ele, as vezes vendo pro Zeca. A gente faz farinha de 15 em 15 dias que a gente faz (Raimunda Cruz, janeiro de 2011).

Nesses depoimentos compreende-se como é feito a comercialização de uma parte da produção da comunidade. Sebastião Pires vende a sua produção para o marreteiro que passa na comunidade comprando principalmente a farinha de mandioca. Na segunda fala Raimunda Cruz vende a farinha para pessoas da própria comunidade, geralmente comerciantes como é o caso de Djaniro Rodrigues, nesse caso é feito mais uma troca comercial, na medida em que a farinha serve de pagamento dos produtos comprados nesses comércios locais. Os comerciantes da comunidade são de certa maneira marreteiros, na qual compram os produtos na comunidade e revendem nos municípios de Concórdia, Bujaru, Marituba ou em Belém.

Remetendo a produção realizada no passado, Manoel Sales lembra que,

A gente vendia bastante farinha e banana. No tempo do papai a banana era só pro gasto. Mas depois a gente fazia roça e plantava muita banana, bananal sabe, vendia muita banana. Era uns 200 cachos. A gente vendia nas feiras, pros ambulantes. A gente comprava pirarucu, charque, açúcar, café, sabão, essas coisas de casa (Manoel Sales, janeiro de 2011).

Nesse depoimento, demonstra-se outra forma de comercialização realizada no passado da comunidade, na qual se dava a venda da produção e a compra de produtos não cultivados nas roças somente em Belém. Numa comparação entre passado e presente, entende-se que no passado a variedade da produção comercializada era maior, na medida em que os camponeses vendiam o arroz, feijão, milho, banana, além da farinha. Hoje essa comercialização se concentra basicamente na farinha, enquanto a outra parte é direcionada apenas para o consumo da família.

Eu planto mandioca, milho, feijão, eu planto um pouco pra bóia, pra vender não só pra bóia mesmo. Só pro consumo e a farinha a gente vende por aqui

mesmo. Porque a gente planta assim, o feijão a gente planta 3, 4 litros só, só pra gente tira pra boia, pra não compra, mas mesmo assim não garante pro ano todo. É porque a gente gasta muito né, durante o ano a gente come muito. No tempo do meu pai mesmo, era muito legume que saia, os comerciantes que tinha aí, compravam muito, no tempo do compadre João Braga, nesse tempo pouco comerciante que tinha aí, era muito gênero que saia (Sebastião Pires, março de 2011).

No depoimento de Sebastião Pires, fica claro a divisão entre a produção para o consumo e para a comercialização, sendo que a produção direcionada para a alimentação não dura para o ano todo, tendo que comprar posteriormente. Nesta fala, entende-se ainda que antes a produção realizada na roça era maior que no presente, na medida em que o arroz, o feijão e o milho serviam tanto para a alimentação como para a comercialização.

Atualmente dentre a produção cultivada pelos camponeses do Cravo a mandioca é a que se destaca para a comercialização. A comercialização da

farinha de mandioca indica uma subordinação da produção ao mercado, ao passo que o preço da farinha é sempre estabelecido pelo comprador (marreteiro e comerciante), estando a pequena produção submissa ao capital.

O próprio capital cria as condições para que os camponeses forneçam matéria-prima para as indústrias capitalistas, ou mesmo viabilizem o consumo dos bens industrializados no campo (ração na avicultura ou para a suinocultura). Isso revela que o capital sujeitou a renda da terra gerada pelos camponeses à sua lógica, ou seja, se está diante da metamorfose da renda da terra em capital. Revela-se, portanto, que tem-se à frente o capital, que nunca deriva de relações especificamente capitalistas (OLIVEIRA, 2004, p. 42-43).

Desse modo, a relação dos camponeses com o mercado capitalista passa pela subordinação da agricultura, na medida em que o capital se apropria da renda camponesa, seja quando estes fornecem suas produções, seja na compra de produtos manufaturados. Na

comunidade do Cravo, isso ocorre quando os camponeses vendem a farinha de mandioca para os comerciantes e marreteiros, que posteriormente comercializam a produção nas cidades de Belém e Marituba. É nesse momento que o campesinato local se reproduz na sociedade capitalista, quando o mercado se alimenta do fruto do trabalho familiar camponês, no entanto, a realização desse trabalho não segue os padrões da produção capitalista.

Daí surge a contradição do capital, na qual o campesinato é recriado². Na comunidade ainda é visto que, dentre tudo o que é produzido no sítio apenas a farinha é vendida, em detrimento ao feijão, arroz e o milho, tal relação se dá pelo baixo valor comercial que esses produtos possuem no mercado local. A farinha é comercializada e mediatamente sua renda é revestida para a necessidade da família, como comprar o que não é produzido na roça, como roupa, remédio, material escolar e de trabalho.

Na produção capitalista temos para definir seu movimento a fórmula D-M-D na sua versão simples e D-M-D' na sua versão normal, ampliada portanto. Enquanto na produção camponesa estamos diante do movimento expresso na fórmula M-D-M. Por

² Ver Oliveira (1991, 1996, 2004).

consequente, a lógica da produção camponesa está assentada na forma simples de circulação das mercadorias, onde se tem a conversão de mercadoria em dinheiro e a conversão do dinheiro em mercadoria, ou seja, vender pra comprar (OLIVEIRA, 1991, P. 52).

Partindo desta perspectiva de Oliveira (1991), na comunidade do Cravo o trabalho realizado na agricultura não tem fins lucrativos, mas tem como objetivo o sustento da família. Assim, compreende-se na comunidade a “reprodução simples da produção camponesa”³, ao passo que os camponeses vendem a farinha para comprar aquilo que eles não produzem. Nesse sentido, percebe-se que a produção camponesa na comunidade do Cravo não parte de um princípio capitalista, com ideais de acumular capital a custa do trabalho alheio, mas é uma produção que visa primordialmente a sobrevivência da família. A produção direcionada para a sobrevivência da família constitui a autonomia⁴ da vida camponesa, na medida

³ Ver Santos (1984) “Colonos do Vinho”.

⁴ O entendimento de autonomia neste trabalho “não significa, de forma alguma, uma espécie de fechamento do lugar com relação ao restante do mundo. Ao contrário, significa a capacidade de controle e gestão de determinados processos políticos, econômicos, culturais e ambientais, de

em que produzem sem nenhuma “pressão externa” a comunidade, plantando aquilo que gostam de comer.

A IMPORTANCIA DA ROÇA NA VIDA CAMPONESA

Grande parte da produção na comunidade do Cravo é tirada da roça. Isto sinaliza que da roça sai o sustento da maioria das famílias da comunidade, desde a alimentação até os produtos vendidos. Desde modo, a roça é o local que consome grande parte da jornada de trabalho das famílias camponesas, sendo nela trançada parte da vida familiar.

Sobre o gostar de trabalhar na roça, Maria Albernás nos coloca que,

Eu gosto muito de trabalhar na roça, no dia que não vou pra roça cruz credo. Gosto muito de ir pra roça, 6 horas da manhã to indo pra roça, só volto meio-dia, uma hora, aí só volto no outro dia de novo.[...]

Porque a gente trabalha na roça e tem coisa que a gente não compra. Eu só vejo o pessoal dizer que a situação tá muito ruim, a tá bom! Só que tem gente que compra ovos,

compra verdura, compra feijão, compra melancia, compra milho, compra cupuaçu, compra pupunha e ainda vão dizer que as coisas tá ruim (Maria Albernás, março de 2011).

Na fala de Maria Albernás, entende-se o gostar de ir pra roça e a importância da mesma na sua vida. Este depoimento sinaliza o valor que a roça possui, sendo dela tirado muito do que é servido na mesa das famílias camponesas. Assim, a reprodução da vida na comunidade do Cravo, passa pelo sistema de roça, sendo nesta que acontece o trabalho e as relações de sociabilidade e reciprocidade das famílias, como as práticas de mutirões e ajuda mutua. Os gêneros cultivados nas roças são considerados de cultura branca ou culturas temporárias como feijão, o arroz, o milho, a mandioca e verdura⁵, esses são os principais produtos tirados da roça. A partir das entrevistas, vislumbra-se que existem na comunidade do Cravo dois tipos de roça, uma denominada de verão e outra de inverno, como fica evidente no depoimento a seguir.

maneira que os sujeitos envolvidos diretamente em cada processo possam definir os planos e projetos em consonância com atores e processos de outros lugares” (SAQUET & SPOSITO, 2008, p. 28).

⁵ A verdura é composta por varia espécies como o feijão de corda, carirú, maxixe, jambú, jerimum, pimenta e outras.

A pessoa faz uma roça por ano ou duas. A gente tem um dizer aqui na colônia, que a gente fazia roça de inverno e também a gente fazia roça de verão, que a partir de maio a gente começava a brocar para plantar em julho. Mas o verão, a gente plantava só um muda mesmo, pra poder colher no outro ano (Manoel Sales, janeiro de 2011).

Na fala de Manoel Sales, ilustra a divisão entre as roças de verão e de inverno, no depoimento a seguir complementa esse entendimento da fala anterior.

A gente faz de janeiro e faz de verão. A gente faz duas, tem a de tempo de inverno que a gente planta em janeiro né. A gente planta mais cedo, a gente planta mês de outubro, julho, agosto, conforme o tempo. Quando faz verão cedo, no mês de julho, agosto a gente planta roça de verão que a gente diz né (Sebastião Pires, março de 2011).

Nos dois depoimentos, fica claro a relação entre a roça de inverno e a roça de

verão, a primeira compreendendo de janeiro a março e a segunda de maio a agosto. O fato de existirem dois tipos de roça, faz com que exista sempre uma roça madura e outra verde, o que de certa forma garante que haja varias roças de mandioca para a produção da farinha durante todo o ano.

O preparo da terra para a construção da roça se dá com a queimada da capoeira, esse trabalho só acontece no verão, ou seja, o preparo da terra para a roça de inverno acontece no verão, quando o regime de chuva é mais fraco. A ideia de verão e inverno na comunidade é medida pelo regime de chuva, quando chove muito é considerado inverno, quando chove pouco é considerado verão.

Esse sistema de roça permite as famílias da comunidade do Cravo sempre terem trabalho. Geralmente o feijão, o arroz e o milho são colhidos por safra, dependendo do plantio dessas culturas a colheita se dá até maio. O milho é armazenado para os animais e o feijão e o arroz entra na dieta da família, quando acabam os produtos estocados, os camponeses passam a comprar nos comércios locais ou na cidade.

Por outro lado, a mandioca é considerada uma cultura que se trabalha durante todo o ano. Da mandioca é aproveitado tudo, da massa se faz à farinha,

o beiju, a goma de tapioca; do líquido extraído da massa se faz molho de pimenta e pratos típicos paraenses; e a casca é dada para os porcos. Plantada em um ano e colhida em outro, a mandioca se destaca como a base de sustentação das famílias da comunidade, tendo a farinha como principal derivado desse gênero agrícola, que entra tanto na dieta da família como para a comercialização.

A produção agrícola na comunidade do Cravo quando visa a alimentação da família tem um sentido roça – casa, e num sentido mais comercial é estabelecido o sistema roça – comercio/mercado.

Woortmann e Woortmann (1997) ao estudarem os camponeses do Estado do Sergipe no nordeste brasileiro, apresentam uma relação entre roça, o retiro (casa de farinha) e a mandioca, que muito se assemelha com a relação encontrada na comunidade estudada.

Da roça para a casa de farinha dirige-se a mandioca que, uma vez processada, irá construir um dos componentes básicos da dieta familiar e da renda monetária (juntamente com o milho, enquanto o feijão se destina basicamente ao consumo). Da casa de farinha saem ainda o beiju e o polvilho,

assim como os restos da produção de farinha (a raspa e as sobras do peneiramento), destinados aos animais colocados na capoeira fina e na palhada. Da casa de farinha para a roça dirige-se outro subproduto importante: o líquido tóxico resultante da prensagem, utilizado como formicida – outro resto transformado em insumo. Parte dos restos não consumidos pela criação pode ser transformada em adubo, depois de fermentada (WOORTMANN & WOORTMANN, 1997, p. 30).

A abordagem feita por Woortmann e Woortmann (1997) sobre a roça e a mandioca é algo comum na comunidade do Cravo. A produção derivada da mandioca é o que rege a economia camponesa local, no entanto, a produção não parte de um principio de acumulação, feita em grande escala para a aquisição de capital. Isto nos sugere o que Chayanov (1981) denomina de “economia doméstica”, que é quando o trabalho da família é medido pela necessidade do grupo familiar. Chayanov (1981) compreende que o trabalho na propriedade camponesa se apresenta como

uma forma de manter a sobrevivência da família, sendo através do trabalho na terra que os camponeses conseguem o próprio sustento, estabelecendo uma relação trabalho - consumo.

Nesse sentido, a jornada de trabalho na comunidade do Cravo sempre é medida pelo tempo natural. Algumas famílias levantam cedo, geralmente entre 4 e 6 horas da manhã e vão para roça, quando o clima começa a ficar mais quente, entre 11 e 12 horas, dependendo do dia, a família volta mais cedo e não retorna mais. Isso é uma característica muito forte da agricultura camponesa local, na medida em que os camponeses são os donos do seu próprio tempo, estabelecendo qual é a melhor hora para a realização desse trabalho. Neste sentido, “a concepção do tempo social e do tempo individual encontra explicações no cruzamento com o tempo da natureza”, estabelecendo, por exemplo, “o tempo de caçar, de pescar, de coletar, de botar roça” (CASTRO, 1999, p.36).

O retiro é outro lugar de trabalho na vida camponesa da comunidade. Conhecido como a casa de farinha, o retiro é o lugar em que se realiza o trabalho com a mandioca, de onde são derivados vários tipos de alimento, inclusive a farinha. Localizados em lugares estratégicos, os camponeses procuram pequenos ou grandes

igarapés para construir seus retiros, devido a água ser um elemento essencial para o amolecimento da mandioca, quando não, eles constroem tanques para colocarem a mandioca de molho, servindo-se de poços para captar a água.

Nos retiros são tecidas redes de sociabilidade e reciprocidade, na qual os vizinhos e parentes se ajudam, local onde as famílias se reúnem para o trabalho, ocorrendo a socialização das crianças com a ofício dos pais.

O USO DA TERRA E SUAS IMPLICAÇÕES NA AGRICULTURA CAMPONESA

A apropriação da natureza por diversos grupos sociais na Amazônia, tem apresentado implicações na utilização desses recursos, alguns com uma excessiva exaustão, outros com menos impacto. Nesse processo, vislumbra-se uma dicotomia na apropriação dos recursos naturais, uma voltada para o mercado, partindo de interesse do capital, e outra atrelada ao modo de vida das populações tradicionais, na qual a utilização da natureza é síntese da própria sobrevivência.

Na emergência de uma racionalidade ambiental, tem-se fomentado a ideia da construção de novas práticas de apropriação da natureza sem, no entanto,

interferir na sua capacidade de se manter viva. Leff (2006) nos apresenta alguns princípios para obter uma racionalidade ambiental que contemple o valor da diversidade biológica e cultural. Para o autor a expressão dessa sustentabilidade se dá de forma,

Mais clara em relação a construção de um paradigma produtivo alternativo, fundado nos potenciais ecológicos e culturais, se dá no meio rural, nos processos de produção das sociedades camponesas e das comunidades indígenas. A produção agrícola, pecuária e florestal depende ali fundamentalmente das condições geográficas e ecológicas do meio rural no qual as culturas evoluíram, transformando os ecossistemas através de seus estilos étnicos de apropriação da natureza. No entanto, a produção silvícola e agropecuária vem adotando as formas de propriedade da terra e os padrões tecnológicos de uso do solo que impõe uma racionalidade econômica e tecnológica, traduzindo-se em formas de superexploração e subutilização dos recursos

naturais. Os processos produtivos induzidos pela economia de mercado – das grandes empresas capitalistas até os gigantes da biotecnologia – deslocam os valores culturais tradicionais com suas práticas tradicionais com suas práticas atuais de uso da terra e dos recursos (LEFF, 2006, p. 414-415).

E prossegue,

Assim, pois, a proposta de um paradigma produtivo fundado nas identidades culturais dos produtores toma maior sentido nas comunidades rurais – indígenas e camponesas –, que conservam ou que são capazes de se reapropriar produtivamente de suas economias locais com base na revalorização de suas práticas e saberes tradicionais (LEFF, 2006, p. 415).

Leff (2006) propõem um paradigma que leve a reapropriação dos recursos naturais por uma ótica cultural dos povos tradicionais, e que possibilita a formação de uma racionalidade ambiental que contemple a vida.

Em contra partida, a expansão do modo de produção capitalista tem intensificado a exploração dos recursos naturais, e ao mesmo tempo tem gerado a expropriação da população que vive no campo. Muitas dessas populações vivem esquecidas pelo poder público, praticando uma agricultura sem apoio técnico e financeiro, o que conseqüentemente gera uma inapropriada utilização dos recursos naturais, gerando a precarização da vida no campo.

A agricultura camponesa se estabelece na Amazônia, como uma alternativa a agricultura capitalista pensada para região a partir da metade do século XX. O território camponês se apresenta em oposição ao modelo desenvolvimentista proposto pelo capital, na qual as relações de solidariedade, os valores éticos e a justiça social ainda são levados em consideração.

Neste sentido, o território camponês pode ser visto através de uma íntima relação entre o político-cultural-econômico, tal qual pensado por Haesbaert (2009). Para o autor a “necessidade territorial ou de controle e apropriação do espaço pode estender-se desde um nível mais físico ou biológico [...], até um nível mais imaterial ou simbólico [...], incluindo todas as distinções de classe socioeconômica, gênero, grupo etário,

etnia, religião etc” (HAESBAERT, 2009, p 340).

Deste modo, o território camponês é orientado por uma territorialidade não propriamente capitalista, sem, no entanto estar fora desse sistema. Neste sentido, a produção camponesa é vista sempre como um meio de reprodução social, na qual a apropriação da natureza é revestida para o sustento da família.

É importante reconhecer que cada sociedade, em fase particulares de seu desenvolvimento, produz seus processos de trabalho, de transformação da natureza e de apropriação dos recursos naturais para a reprodução social e cultural (CASTRO, 1999, p. 35).

Partindo desse pensamento, entende-se que a apropriação dos recursos naturais é a base essencial para a reprodução social e cultural de determinados grupos humanos.

Nesse sentido, ver-se na comunidade do Cravo a existência de uma agricultura praticada com base num sistema itinerante. Esta forma de agricultura tem apontado na comunidade o empobrecimento do solo, na medida em que a rotatividade da terra tem ficado cada

vez menos frequente. A pesquisa tem apontado que a perda dessa rotatividade, tem-se dado devido ao tamanho da propriedade ter se tornado pequena e o número de famílias aumentado para trabalhar numa mesma propriedade.

A mandioca dá em qualquer terra, em qualquer capoeirinha, já o arroz a gente já não tem terra o suficiente para plantar, né. Por que já foi derrubado quase tudo, a capoeirinha, e o milho e o arroz é mais adequado a capoeirão, a capoeirinha mais avançada quase já não se tem (Isaias Conceição, Janeiro 2011).

No depoimento de Isaias Conceição, é exposto o problema enfrentado por algumas famílias da comunidade em relação a terra. É visto que as famílias têm experimentado uma queda na produção, sendo a mandioca o principal gênero agrícola a ser cultivado, em detrimento de outras culturas que não tem conseguido desenvolver na terra.

Não dá tempo porque aqui tem muitas pessoas e o tempo é pequeno, e as vezes não dá tempo pra terra

descansar, não (Isaias Conceição, Janeiro, 2011).

Nesta fala, fica claro que os camponeses possuem noção do tempo que a terra necessita para se recuperar de uma roça para outra. O fato de insistirem na utilização da terra no mesmo lugar, dar-se pela falta de terra para fazer novas roças, com isso a fertilidade do solo tende a se esgotar, o que conseqüentemente afetará na produção e na reprodução social das famílias da comunidade.

Fazia roça na mata, depois só ia fazendo pra frente, nos chamava de capoeira, ficava crescendo. Aí ficava no tempo de 8, 10 anos que foi feito roça lá, quem não tinha pra continuar voltava, mas quem tinha ficava até 20 anos (Estácio Chaves, março de 2011).

Na fala de Estácio Chaves, é visível que o tempo de pousio tinha intervalo maior no passado. Ao passo que as famílias foram multiplicando, crescendo, a terra foi ficando menor, e o tempo de rotatividade de uma roça para outra foi ficando cada vez mais curto.

A forma de uso da terra na comunidade do Cravo segue um sistema tradicional amazônico, com derrubada – queima – plantio – colheita. Esse sistema itinerante tende esgotar o solo, e consequentemente interferir na produção familiar.

Ao tornar o solo apto ao cultivo por práticas tradicionais como queima, perde-se boa parte dos nutrientes por dispersão na atmosfera [...], por lixiviação, por percolação, por carreamento e por estar o solo exposto e sendo frequentemente revolvido, tornando-se vulnerável ao continuado processo de perdas. Estas perdas são mascaradas pelo fato de que os cultivos feitos imediatamente aos primeiros anos de desbaste da cobertura vegetal nativa apresentam um vigor e produtividade maiores de que nos anos posteriores, principalmente quando se utiliza a queima. Isto porque a mineralização imediata de alguns elementos torna-se o disponíveis às plantas nos plantios iniciais, esgotando-os porém nos seguintes (

GUERRA & MENEZES, p. 140, 1999).

A perda da cobertura vegetal, seguido de queimada, tende ocasionar na perda da fertilidade do solo, e com isso torna a prática da agricultura difícil. Quando o núcleo familiar camponês possui uma propriedade grande para o número de famílias trabalharem, o tempo de pousio da terra é suficiente para a recuperação da área degradada, quando o contrário, a rotatividade da terra fica menos frequente devido a necessidade do uso para se fazer roças constantemente, o que leva consequentemente há uma baixa produtividade.

Eu nunca mais plantei arroz porque a capoeira nossa é muito fraca, da muito mato né, aí a gente não planta. Eu nunca mais plantei. Quando a capoeira tava forte, capoeirão, assim grosso, aí eu plantava, dava bem arroz, mas agora a capoeira tá tudo tina já. Tá fraca a terra, da muito mato, aí não dá (Sebastião Pires, março de 2011).

Na fala de Sebastião Pires, fica claro que a terra da comunidade não tem nutriente o suficiente para possibilitar uma

boa colheita, com plantio de culturas agrícolas diversas, restringindo-se algumas famílias apenas ao cultivo da mandioca. Se antes os camponeses plantavam a maioria dos alimentos da dieta familiar, ocorrendo a perda da fertilidade da terra, esta torna-se inapropriada para certos gêneros agrícolas, como o arroz e o feijão, base alimentar do campesinato local.

A perda da fertilidade do solo na comunidade está ligado a forma rudimentar que é praticado o processo de produção, que sem nenhuma orientação agrônômica, o saber do procedimento produtivo é passado de pai para filho. Com o aumento do número de famílias, a quantidade de terra para a produção foi gradativamente diminuindo, o que tem ocasionado na exaustão do solo, que com poucos nutrientes tem afetado no rendimento agrícola.

Para os camponeses a roça só pode ser construída após o processo de queimada, pois para eles é quando o solo fica mais fértil para o plantio. No entanto, “quando não se queima, o processo de mineralização da biomassa é mais lento, fornecendo produtividade menores nos primeiros anos, oferecendo, porém melhores resultados a longo prazo (GUERRA & MENEZES, p. 141, 1999). Mas como os camponeses necessitam de bons resultados de imediato na produção,

acabam por seguir o caminho inverso do não queimar.

A questão das queimadas, o lixo no igarapé. Nós vivemos da roça, então a secretaria diz: olha evitem queimadas né, derrubadas. Mas não oferece meios pro trabalhador, então quem depende da roça, se não tem outro meio, ele vai ter que queimar (Isaias Conceição, janeiro de 2011).

Nesse depoimento fica exposto a questão das queimadas na comunidade, que acontece por não haver outra forma de garantir bom desempenho na produção. A falta de assistência da secretaria de meio ambiente e da agricultura, que não fornecem técnicos para auxiliar os camponeses no processo produtivo, apresenta-se como um problema para a comunidade, principalmente para o futuro das próximas gerações.

Em estudos realizados na FLONA (Floresta Nacional) do Tapajós, Silva (2008), nos apresentou uma dicotomia entre o desejo das comunidades rurais e a proposta de conservação ambiental.

Para essas comunidades a vida se define a partir das relações com os recursos naturais, a relação com a floresta é fator

determinante para o desenvolvimento de suas formas de organização. Nesse sentido, verifica-se uma tensão entre interesse de conservação ambiental, que nem sempre é bem compreendida pelas comunidades, na medida em que estas não se percebem como grandes exploradoras desses recursos, e as necessidades de sobrevivência (SILVA, 2008, p. 126).

Nesse sentido, apesar das formas inadequadas na apropriação e uso dos recursos naturais, percebe-se que o único meio de sobrevivência de grande parte das famílias da comunidade do Cravo é a exploração desses recursos, o que tem-se tornado exaustivo pela falta de terra para o numero de famílias.

A falta de perspectivas na agricultura tem levado muitos dos moradores da comunidade a buscarem trabalho assalariado. Com a expansão da Biovale⁶ nos municípios de Concórdia do

⁶ A Biovale é um caso típico da territorialização e da monopolização do território pelo capital, na qual o dono da terra e o industrial/empresário são os mesmos sujeitos, e ao mesmo tempo possuem contrato com camponeses, que por meio do consorciamento cultivam o dendê em suas propriedades. A Empresa surge a partir de um

Pará e Bujaru, a empresa tem levado muitos moradores de comunidades próximas para trabalhar no cultivo do dendê.

Na comunidade do Cravo houve em um determinado período um grande numero de pessoas que se deslocavam para trabalhar na Biovale, no entanto, no período da pesquisa, percebeu-se que muitos retornaram para o trabalho na agricultura. Sobre o trabalho na empresa o senhor Raimundo Albernás nos relatou,

O trabalho lá é prestação, pra zelar, tem muitas atividades lá, tem plantio. Ultimamente eles estão no plantio, estão fazendo arremate. [...]. Lá a gente fazia qualquer coisa, atividade que tinha, cortava piquete pra piqueta. [...]. Daqui do Cravo na época que eu ia tinha de uns 25, hoje se tiver 3 é muito. Porque muitos não gostaram, não se adaptaram no serviço lá, o serviço lá trabalhava muito e ganhava pouco (Raimundo Albernás, janeiro de 2011).

Para o camponês o trabalho de assalariado é muito desvantajoso. Nesse depoimento, fica claro que de inicio o

consorcio entre a Biopalma da Amazônia e a Companhia Vale do Rio Doce, que com o aval do estado, constituiu-se a Biovale (SANTANA, 2010).

numero de pessoas que se propuseram trabalhar na Biovale era bastante significativo. Com o passar do tempo o numero diminuiu gradativamente, seja por não se adaptarem ao regimento da empresa, seja por pensarem que ganham mais trabalhando na sua própria propriedade.

Outras formas de assalariamento acontecem na comunidade do Cravo, principalmente em cargos públicos, como na escola e no posto de saúde. No entanto, muitos conciliam o assalariamento com a atividade na roça, garantindo assim, grande parte do que consomem.

Sou funcionário publico, mas também tenho meu trabalho na roça. Pelo costume talvez, fui criado trabalhando na roça e não abandonei, mesmo funcionário não abandonei. Tudo é a cultura, o costume, os nossos pais, os nossos avos, sobreviveram da roça. Hoje já não da para sobreviver da roça, porque tradição podemos dizer a gente mantém esse costume. No caso, não só da roça, no meu caso sou funcionário publico, mas ainda continuo trabalhando na roça, quando possível (Isaias Conceição, janeiro de 2011).

Isaias da Conceição é um caso de funcionário publico que continua trabalhando na roça. Percebe-se que o continuar na roça, extrapola o sentido da necessidade da família, chegando ser uma tradição, transmitido de uma geração para outra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi levantar algumas questões acerca da agricultura camponesa na comunidade do Cravo. Ao longo do texto, buscou-se apresentar algumas questões que constitui a vida em comunidade, bem como a produção agrícola, o sistema de roça e as implicações socioambientais.

A pesquisa na comunidade tem indicando a emergência de um território camponês, que experimenta as dificuldades em uma sociedade capitalista. Em campo, foi-se possível detectar a forma de produção, a importância do sistema de roça e a apropriação dos recursos naturais pela pequena agricultura.

No processo produtivo, percebeu-se que a roça é muito importante na vida camponesa, constituindo um lugar “sagrado” para as praticas agrícolas, na qual é tirado o sustento de grande parte das famílias que compõem a comunidade. Dentre os gêneros agrícolas tirado da roça,

a mandioca se destaca como a principal cultura a ser cultivada, aliada a produção da farinha, é o produto a reger as trocas comerciais na comunidade.

Verifica-se que o modelo da agricultura itinerante tem causado, o empobrecimento do solo, e que concomitantemente tem ocasionado na baixa produtividade da produção familiar. Outra situação problemática na comunidade é a diminuição da propriedade diante do aumento do número de famílias, e isto tem levado os camponeses a buscarem alternativas para a sobrevivência, como o assalariamento. No entanto, percebeu-se que o trabalho assalariado não é visto como um caminho facilmente aceitável para aquele acostumado com o trabalho livre.

No texto, viu-se que a apropriação da natureza na comunidade, tem-se dado de forma exaustiva pela falta de alternativa para os camponeses, que sem terra suficiente, produzem roças de forma contínua, sem o tempo de pousio do solo. Na comunidade o meio ambiente se apresenta bem afetado. Esta transformação da natureza tem ocasionado mudança no modo de vida camponês, ao passo que os camponeses tendem a buscar alternativas para a sua reprodução social e cultural.

A dinâmica produtiva na comunidade do Cravo tem apresentado dificuldades para as famílias que vivem do

trabalho na agricultura. Isso se reflete pelos problemas socioambientais como a gradativa perda de nutrientes do solo, seja pelo tamanho da propriedade ser pequena para o número de famílias, o que conseqüentemente pode ocasionar em futuros camponeses sem terra.

Nesta perspectiva, o apoio das instituições públicas é de fundamental importância para a formação de uma agricultura sustentável, possibilitando o bem estar social, cultural e natural. Os problemas socioambientais enfrentado na comunidade do Cravo é o reflexo da falta de uma política comprometida com o bem estar da vida do campo, o que tem ocasionado na pauperização da população rural.

Nesse sentido, pensar o campesinato que constitui a comunidade do Cravo, leva-nos uma compreensão de algumas dimensões do território camponês, entendendo-o homem e ambiente constituintes de uma só natureza. Assim, tentamos apresentar a produção camponesa nesta comunidade que pode ser entendida social, cultural, econômica e ambientalmente com o meio social em que vivem.

REFERÊNCIAS

CASTRO, E. Tradição e modernidade: a propósito de progressos de trabalho na Amazônia. *Novos Cadernos NAEA*, vol. 2, nº 1 – dezembro 1999.

_____. Quilombolas de Bujaru. Memória da escravidão, territorialidade e titulação da terra. Belém:UFPA/NAEA/UNAMAZ,2003.

CHAYANOV. A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J. G. & STOLCKE, V. (Orgs.). Traduzido por José Bonifácio de S. A. Filho. A questão agrária. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981, p.133-163.

GUERRA, G. A. D. & MENEZES, M, N, A. Do conceito de fertilidade ao de sustentabilidade. Novos Cadernos NAEA, vol. 2, nº 1 – dezembro 1999.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialidade: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LEFF, Henrique. Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza. Tradução Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. Território, Territórios: ensaio sobre o ordenamento territorial. In.: SANTOS, M. [et. al.]. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

OLIVEIRA, A. U. A agricultura camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991. – (Coleção Caminhos da geografia)

_____. Perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, A. U. & MARQUES, M. I. M. (Org.). O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela / Paz e Terra, 2004, p. 29-70.

REIGOTA, M. Meio ambiente e representação social. 8 ed. – São Paulo: cortez, 2010.

SANTANA, R. M. Os caminhos da regularização fundiária no município de Concórdia do Pará/PA. São Paulo: FFLCH/USP, 2010 (Dissertação de Mestrado).

SAQUET, M. A. & SPOSITO, E. S. Território, Territorialidade e Desenvolvimento: Diferentes perspectivas no nível internacional e no Brasil. In: ALVES, A. F.; CARRIJO, B. R. & CANDIOTTO, L. Z. P. (Orgs.). Desenvolvimento territorial e agroecologia. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 15-31.

SILVA, M. L. Educação ambiental e cooperação internacional na Amazônia. Belém: NUMA/UFPA, 2008.

SILVEIRA, M. L. Novos acontecimentos, novas territorialidades. In: DIAS, L. C. & FERRARI, M. (Orgs.). Territorialidades Humanas e Redes Sociais. Florianópolis: Insular, 2011, p.39-62.

SIMONETTI, M. C. L. A longa caminhada: a (re)construção do território camponês de Promissão. São Paulo: FFLCH/USP, 1999 (Tese de Doutorado).

WOORTMANN, E. & WOORTMANN, K. O trabalho da terra: a lógica e a simbologia da lavoura camponesa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.